



Q.  
A

**Reunião ordinária – Ata n.º 05/2016**

**Data** 2016-02-15

**Início** 14.35 horas

**Local** Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

**Termo:** 16.15 horas

**Presenças:**

<b>Presidente</b>	<b>Anabela Gaspar de Freitas</b>
<b>Vereadores</b>	<b>João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro</b>
	<b>Pedro Alexandre Ramos Marques</b>
	<b>Rui Miguel dos Santos Serrano</b>
	<b>António Manuel Baptista Gonçalves Jorge</b>
	<b>Bruno Vítor Domingos Graça</b>
	<b>Hugo Renato Ferreira Cristóvão</b>

**Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**

-----  
**Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos: -----**

**BALANCETE -----**

**PROPOSTAS: -----**

**PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE: -----**

**N.º 01 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO M.G. - MEMORIAL MENDES GODINHO (20/PGEN/PR/2016 - 11/ORGFUN/PR/2013) -----**

**N.º 02 – NATUREZA PÚBLICA DA REUNIÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016 (12/PPRC/PR/2016) -----**

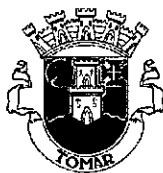
**PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----**

**N.º 03 - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016 – nova fase de votação (1/PPRC/UDJ/2016)**

**INFORMAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE: -----**

**N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS NA SENHORA PRESIDENTE – despachos ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (11/PPRC/PR/2016) -----**

**GABINETE DE ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL: -----**



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

**N.º 05 – MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – ALTERAÇÃO AO HORÁRIO DE ABERTURA (8/PGEN/GELS/2016 - 3/DIVER/GELS/2015)-----**

**N.º 06 – MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – procedimento da arrematação em hasta pública da loja 15 (sementes) e das lojas 16 e 17 (mercearia) (10/PGEN/GELS/2016 - 3/DIVER/GELS/2015) -----**

**N.º 07 – MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – taxas de ocupação (9/PGEN/GELS/2016 - 3/DIVER/GELS/2015)-----**

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:-----**

**N.º 08 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO COBERTOS DO MUNICÍPIO DE TOMAR (2014/2015) – Liberação de caução (683/ENTE/DAJA/2016 - 160/CONPUB/DOM/2014)-----**

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----**

**N.º 09 – REARBORIZAÇÃO DA AVENIDA ÂNGELA TAMAGNINI (27/PGEN/DPC/2016)----**

**UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----**

**N.º 10 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS – ANO LETIVO 2015/2016 – JARDINS DE INFÂNCIA (4.ª FASE) E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – (5.ª FASE) (3/ESPP/UISE/2016 - 27/ASESC/DEAS/2013)-----**

**UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----**

**N.º 11 – JOGOS DE TOMAR 2015/2016 (6/PGEN/UDJ/2016 - 1/ATIVID/UDJ/2015)-----**

**EXPEDIENTE:-----**

**N.º 12 – FORNECIMENTO DE ÁGUA PELA EPAL E ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO (895/ENTE/DAJA/2016 - 1/ENTEXT/PR/2013)-----**

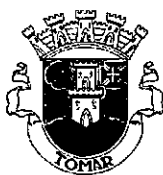
**Sendo catorze horas e trinta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, e deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções:-----**

**A Sra. Presidente** começou por informar que, amanhã, vai iniciar-se, por administração direta, a demolição da casa junto ao Presídio, para cumprimento de um acordo estabelecido, há mais de uma década, entre a Câmara Municipal de Tomar e o Ministério da Defesa Nacional, tendo sido contratados serviços para recolha e tratamento dos resíduos de construção e demolição. Deu conhecimento que os dois cidadãos que ali habitam são hoje mesmo transferidos para uma casa do bairro primeiro de maio. Informou que, a partir de março, a Feira de Velharias, organizada pela Associação Cultural dos Artesãos e Artistas Plásticos da



Região dos Templários (ACAART), vai passar a realizar-se na zona envolvente ao mercado, e, a pedido da organização, no primeiro domingo de cada mês, tendo a Câmara colaborado na elaboração do flyer e dos cartazes distribuídos para divulgar as referidas alterações.-----

**O Sr. Vereador Hugo Cristóvão** prestou contas da sua participação, durante a última semana, em representação da Sra. Presidente, na Feira de Turismo que decorreu em Telavive, a convite da Rede de Judiarias de Portugal, conjuntamente com representantes dos Municípios de Covilhã, Belmonte, Castelo de Vide e Alenquer. Informou que o certame contou com presenças de todo o mundo, destacando a forte presença de Espanha, de Itália, da Grécia e de França, bem como dos operadores turísticos, também porque os israelitas, segundo dados da OCDE, são os turistas que mais dinheiro gastam nas deslocações ao estrangeiro. Informou que, para além da presença na Feira e do contato com dezenas de operadores turísticos, a delegação foi recebida no Parlamento de Israel, para estreitar laços, e no Ministério dos Negócios Estrangeiros, e teve um conjunto vasto de reuniões paralelas, promovidas pelo Embaixador de Portugal em Israel, com jornalistas, investidores e operadores turísticos, com o objetivo de potenciar esta nossa vertente judaica, a nossa herança cultural. Sublinhou que Portugal é um país que está na moda, em termos turísticos, mas têm que saber dar algum conteúdo e foi isso que ali foi feito, sendo certo que estas iniciativas precisam de continuidade e que é um filão em que têm que continuar a apostar. Saliu que Tomar é conhecido do nosso Embaixador e de outros atores mas espera-se que saibam e consigam dar mais conteúdo a todo este processo em torno da Sinagoga. Disse que, esta semana, tomou conhecimento de um artigo que o seu colega, e amigo, João Tenreiro escreveu sobre a educação e, supostamente, sobre a falta de estratégia no sector da educação, e, como não gosta que passe más figuras, quer prestar-lhe alguns esclarecimentos, até porque, pelo que percebeu, esse artigo surge a propósito dos documentos que aqui foram presentes, para conhecimento, na sequência do último Conselho Municipal de Educação, onde foram feitos vários elogios ao trabalho do Município, dos Agrupamentos de Escolas e de toda a comunidade educativa. Disse que, uma vez que o Sr. Vereador não teve oportunidade de colocar essas questões na reunião da Câmara, aproveita o local para prestar esses esclarecimentos, independentemente de poder vir a fazê-lo pela mesma via, através do semanário Cidade de Tomar, até porque já perceberam aqui, várias vezes, que algumas questões têm a ver com semântica, que as palavras têm significados diferentes consoante quem as utiliza. De acordo com o que leu, supostamente este Executivo não tem estratégia na educação, entre outras coisas, algo genéricas, que foram ditas, e, de facto, nestes dois anos de mandato, têm, no

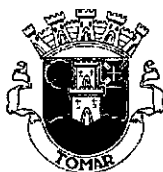


essencial, não só no setor da educação, tentado corrigir muitas coisas que herdaram. Deu como exemplo o próprio Conselho Municipal de Educação onde não estavam presentes, por exemplo, os diretores dos Agrupamentos de Escolas, as instituições de ensino artístico do Concelho de Tomar, a Escola Profissional de Tomar – um importante ator do qual o Município até detém cinquenta por cento do capital social – não sabendo bem quem é que, no anterior Conselho Municipal, discutia educação, mas não eram os atores que, no dia-a-dia, trabalhavam na área. Disse que tudo isso foi alterado, tendo as reuniões passado a ser temáticas, possibilitando, por exemplo que, numa das últimas reuniões, os agrupamentos viessem dar conhecimento dos projetos internacionais em que estão envolvidos, algo que não tinha acontecido anteriormente, pensando até que nem aquilo que era discutido naquele órgão era presente a reunião da Câmara, para conhecimento, mas pode estar enganado. Quanto à Escola Profissional, por exemplo, disse que talvez fosse bom lembrar que o representante do Município era, há mais de dez anos, alguém que não tinha nenhuma ligação com o Município de Tomar, facto que não sabe se tem a ver com a questão da estratégia, ou da falta dela, mas é um facto que foi alterado neste mandato. No que se refere à questão da carta educativa, mais uma vez mencionada, disse que é preciso lembrar que a anterior carta educativa, elaborada por uma empresa, é um processo fantasioso muito interessante, que, por exemplo, previa centros escolares no Flecheiro e na Machuca, entre outros locais, e não sabe que estratégia é que significava, mas têm estado a tentar reequilibrar e corrigir esses erros. Disse que era importante perceber se essa era a estratégia correta que existia e qual foi a estratégia que permitiu que, no momento em que esteve em discussão a fusão dos agrupamentos para os mega agrupamentos, não aconteceu como noutros concelhos, em que o processo foi discutido e trabalhado entre o Ministério, o Município e os Diretores dos Agrupamentos. Referiu que, em Tomar, não foi isso que aconteceu, pelo contrário, permitiu-se que acontecesse algo que hoje têm, herdaram dois agrupamentos de escolas completamente desequilibrados entre si, nos mais variados níveis, como o ensino e as áreas do território abrangidas, não sabendo se isto tem a ver com a tal estratégia, ou com a falta dela. Disse que era importante perceber qual foi a estratégia que permitiu que, dada a realidade instalada no nosso parque escolar fosse construída uma nova EB para o segundo e terceiro ciclos quando todas as evidências, e o simples bom senso, mostravam que o que havia a fazer era recuperar a que precisava de recuperação, porque duas eram suficientes, ou que permitiu que o Município andasse cerca de um ano a trabalhar, em conjunto com a CIMT e com a CCDR, para conseguir justificar muito daquilo que, erradamente, foi feito na obra, porque estavam no risco de ter que devolver perto



de dois milhões de euros, não sabendo, também, se tem a ver com essa estratégia, ou com a falta dela. Salientou que, na altura, este processo não foi acompanhado pelos funcionários do município, porque estes se recusaram a fazê-lo, segundo julga saber, e foi acompanhado pela já extinta ASTAQ, com todos os outros problemas subsequentes que vieram a ter. Sublinhou que não sabe se era essa a estratégia que o Sr. Vereador defende, a mesma estratégia que, no âmbito da educação em Tomar - todos sabem que era assim, a comunidade educativa sabe-o bem - fazia com que as relações existissem com quem se gostava, e não com todos de igual forma, a estratégia era dialogar com quem se tinha relacionamento pessoal. Disse que, por exemplo, esta questão da Nun'Álvares não tem de certeza nada a ver com isso, com essas relações pessoais, com essa opção e com essas estratégias. Sublinhou que a estratégia não existiu no passado onde, por exemplo, numa freguesia, as escolas pertença do Município foram encerradas e manteve-se uma turma a funcionar numa associação, não sabem bem que estratégia presidiu a isso mas veio a provocar o êxodo de alunos para a freguesia vizinha do concelho de Ourém, que ainda hoje se verifica, e, entretanto, como é sabido, levou ao encerramento dessa sala de aula. Disse que não sabe se terá também a ver com essa estratégia que, no início deste mandato, tivessem uma turma a funcionar na Linhaceira, nas traseiras da igreja, em instalações de má qualidade e desconforto para os alunos, levando a que comprassem um contentor de sala de aula para essas crianças. Disse que poderiam estar aqui muito mais tempo mas, no fundo, queria prestar estes esclarecimentos ao Sr. Vereador, que não teve a oportunidade de aqui colocar estas questões, e tentar perceber o que é que se entende por estratégia e por falta dela, porque, se há algo que têm feito muito neste sector é dialogar com todos, têm trabalho permanente com todas as instituições de ensino. Disse que não é possível agradar a todos - neste setor, como bem conhece, cada cabeça tem mesmo duas sentenças - mas, entre isso e a ausência de estratégia vai uma longa distância.-----

**O Sr. Vereador Rui Serrano** disse que pretende dar um esclarecimento acerca de uma nota que saiu na comunicação social porque, pontualmente, tem sido colocada ao Executivo a questão da revisão dos Planos de Pormenor do Flecheiro e Mercado e do Centro Histórico. Disse que o que foi publicitado recentemente é o início do processo, no seguimento da deliberação que aprovou a abertura desse procedimento, e que o prazo é o que está estipulado na lei, quinze dias para a recolha de uma primeira impressão, um primeiro contributo dos cidadãos. Informou que querem ir mais além e que têm vontade de criar discussão, criar envolvimento e uma dinâmica própria dentro destes dois planos de pormenor, que consideram estratégicos para o desenvolvimento do Concelho. Disse que, nesse sentido, irão proceder à



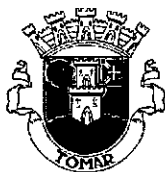
*[Handwritten signature]*

auscultação das entidades envolvidas no centro histórico e ouvir os comerciantes e moradores, para o que irá haver uma calendarização própria. Referiu que a discussão pública ocorrerá antes de as propostas serem submetidas à Assembleia Municipal, sendo esse o último momento onde haverá espaço para todos poderem dar o seu contributo e a sua determinação de que é aquilo que é necessário. Recordou que o plano de pormenor do centro histórico tem vinte anos e é importante que a mudança aconteça. -----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** começou por informar que o PCP entregou na Assembleia da República um projeto de resolução que visa recomendar ao Governo a garantia da existência de serviços de urgência médico-cirúrgica, de medicina interna e de pediatria em todo os hospitais que integram o Centro Hospitalar do Médio Tejo (Torres Novas, Tomar e Abrantes), e a adoção de medidas de contratação e reforço do quadro de pessoal, como condição essencial para a garantia de um serviço de qualidade naquele centro hospitalar, aguardando-se por aquilo que lá se passar e pelas decisões que vierem a ser tomadas. Informou ainda que está em curso o procedimento para realização das obras de manutenção, e até de acabamento, do Cemitério de Marmelais, terminando a vinte e nove de fevereiro o prazo de entrega de propostas pelas empresas convidadas. -----

**A Sra. Presidente** deu conta que, nos últimos dias, o Concelho de Tomar esteve em aviso amarelo para ventos, não se tendo registado ocorrências graves. Referiu a ocorrência, esta madrugada, de derrube de árvore na encosta da envolvente ao Convento, com danos em parte do muro, que já se encontra sinalizada e não impede a circulação de viaturas, havendo necessidade de promover a estabilização do talude e reconstrução do muro. Referiu ainda a ocorrência de alguns incidentes com árvores, nomeadamente nas Cabeças. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** começou por referir que já falou aqui, várias vezes, na necessidade de ampliação do Cemitério de Marmelais, ou de construção de um novo cemitério, lembrando que são processos complicados e morosos e que não devem chegar ao ponto de não ter espaço no cemitério. Sugeriu que se pense nisso, até no âmbito da revisão do PDM, para, depois, não terem problemas na eventual expropriação dos terrenos para o efeito. No que se refere ao Mercado das Velharias, disse que não é só o local que o preocupa, que a organização do mesmo também deve merecer atenção, como já aqui referiu, e é do conhecimento de todos. Lembrou que há exemplos de mercados organizados por outras entidades que, pura e simplesmente, acabaram e onde o Município cobrava taxas. Disse que não sabe como vai ser no novo espaço mas o exemplo que tem sido dado na gestão do espaço onde decorria é negativo e não podem pactuar com isso. Perante o apoio referido, perguntou o



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

61

que é que pagaram de ocupação de espaço nestes anos todos, o que é que vão pagar agora, se há algum protocolo, salientando que as questões que aqui tem levantado não são tanto sobre o espaço que ocupavam mas da forma de gestão do espaço público que era ocupado, sem qualquer regra, e da imagem negativa que dava. Disse que fica a aguardar que haja resposta concreta quanto à forma como aquele mercado vai ser organizado e estruturado. Em matéria de saúde, começou por referir que ainda bem que essa proposta aparece na Assembleia da República porque reflete aquilo que sempre aqui defenderam, ou seja que todos os hospitais do Centro Hospitalar do Médio Tejo tenham urgência médico-cirúrgica, medicina interna e pediatria, pois, com isto resolvido, oitenta por cento das questões dos utentes do Hospital ficam resolvidas. Disse que há condições para isso e esperam que venha a ser uma realidade. Salientou que não podem esquecer o investimento que tem sido feito pelo Centro Hospitalar, quer em Abrantes quer, neste momento, em Torres Novas; Torres Novas tem medicina interna, urgências e a hemodiálise (ao que consta, o investimento nesta área é da ordem dos dois milhões e meio); em Abrantes, além do investimento que foi feito no Hospital, a Câmara tem unidades móveis de saúde; Tomar, tem ficado para trás. Disse que esta é a realidade, não discute a nossa postura perante o problema, a preocupação que têm perante o problema, até o esforço que é feito por quem tem responsabilidades nesta matéria – a Sra. Presidente e o Vereador Bruno Graça – mas a realidade é esta. Disse que, neste momento, estão confrontados com três hospitais e aquele que tinha mais capacidade para as urgências e mais gente, tem melhores condições e serve mais população, é aquele que está a ficar para trás. Disse que, obviamente, nesta matéria terá que haver um esforço político, pois a responsabilidade política pela situação atual não é diretamente nossa mas tem que existir capacidade de intervenção e a mesma dar frutos, o que espera aconteça, para que Tomar possa ter condições no seu Hospital, para a população que serve, idênticas às dos outros, nem melhores nem piores. Referiu que a população do país deve ter iguais condições, nunca defendeu mais para Tomar do que para Abrantes ou Torres Novas, mas menos é inaceitável. Ainda em matéria de saúde, referiu a situação, que já abordou particularmente, de os médicos de família perante um doente que precisa de uma especialidade que existe no Centro Hospitalar, não o encaminharem para o CHMT mas para o privado, que, se calhar, por acaso, até também faz trabalho no Centro Hospitalar, nessa mesma especialidade. Disse que isto não se entende e é inaceitável, é uma matéria que deve ser comunicada à ARSLVT, para que possa merecer a devida análise e ter resposta. Tendo em conta que se abordou a questão do investimento indiano na Fábrica do Álcool de forma sucinta, perguntou como está a situação



62

porque carecemos, claramente, como de pão para a boca, de investimento no nosso Concelho. Por último, manifestou, mais uma vez, a sua preocupação com o projeto para recuperação do antigo Colégio Nun'Álvares, entende que o assunto devia ser discutido pelo Executivo, em reunião preparatória ou não, porque não podem correr o risco de, daqui amanhã, ter uma situação semelhante, de forma inversa, à que tiveram com o edifício da Águas do Centro na Rua Gil Avô. Disse que é um espaço público e assim deve continuar e que, sendo algo para durar, a discussão devia ser mais ampla e o consenso também.-----

**A Sra. Presidente** informou que o investimento indiano estava no âmbito do processo dos vistos gold, suspenso pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros Paulo Portas, e, perante a situação, o investidor perdeu o interesse em investir em Portugal (Tomar e Idanha-a-Nova).--

**O Sr. Vereador Bruno Graça** disse que a Feira das Velharias é um assunto velho que nunca foi pegado, ou foi sempre mal pegado, e que, como aqui disseram, o querem resolver, mas precisam de algum tempo para isso porque situações destas, que já vêm muito de trás, devem ser resolvidas com diálogo, de maneira a evitar, ao máximo, confrontos, seja de que ordem for, entre diferentes entidades. Disse que, neste momento, vai ser mudada a localização e, de seguida, irão preocupar-se com a ocupação do espaço e a sua regulamentação. Referiu que grande parte dos vendedores nem são de Tomar, há muita dificuldade em estabelecer contatos com eles e vão fazer as coisas num tempo razoável. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que, embora perceba, há situações que não podem ser adiadas e este processo já é falado há muitos meses, não percebe como é que se muda de sítio e não há novas regras. Disse que, se temos receio do confronto, estamos no sítio errado porque todos têm que ter regras claras, se quem vai vender na feira semanal tem regras claras e exigentes não percebe que estes não tenham regras e o mesmo grau de exigência. Disse que a situação é grave, todos sabem que o é, e têm que falar com toda a frontalidade, o problema existe e fechar os olhos é o pior que pode acontecer. Disse que estamos a fechar os olhos a uma realidade e que, sendo importante, o diálogo já devia ter existido, não compreende e é inaceitável que mudem de local e continuem a não ter regras. Disse que é inaceitável que, no passado, ninguém tenha resolvido este assunto mas, quando chegaram, impuseram regras ao Mercado da Estrelinha, e bem, e depois acabou; nesta situação, andaram a compactuar com ela, continuam a fazê-lo, e não podem permitir que a ocupação de espaço público continue sem regras definidas pelo Município. Disse que estamos a andar mal, temos que assumir e resolver os confrontos, quando eles existem, e definir as regras, ouvindo os outros. Referiu que as questões que aqui aborda resultam da recolha do que vai ouvindo no





63

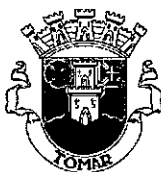
seu grupo e das pessoas que frequentam aquele mercado todos os meses, da forma como às vezes são tratadas, como as coisas são geridas e resolvidas, e disse que não podem ter ninguém que se arme em dono do espaço público, como tem acontecido com o Mercado das Velharias. -----

**A Sra. Presidente** informou que as conversações estão numa fase muito mais adiantada e as regras estão perfeitamente definidas. Lembrou que, no início de dois mil e quinze, foi publicada legislação a que o Mercado da Estrelinha teve que se adequar e vai também ser aplicada agora. Disse que foi pedido um conjunto de elementos e, se não houver cumprimento, terão que atuar. -----

**O Sr. Vereador João Tenreiro** começou por se referir à questão da aplicação dos produtos fitofarmacêuticos, abordada pela Sra. Presidente na última reunião, pois julga saber que alguns jardineiros têm essa formação dada pela Câmara e não é por falta de formação que os produtos não são aplicados. Disse que o PSD está algo preocupado com a questão do INEM e entende que seria bom sair daqui uma deliberação, uma pressão junto do INEM. De acordo com as informações que lhes chegaram, face às recentes notícias de falta de meios dos Bombeiros Municipais de Tomar, disse que é imperativo expor determinados pontos de discussão que ocorrem no corpo de Bombeiros, pois estes não devem ser lembrados apenas nos momentos de aflição. Disse que é preciso que as entidades competentes estejam atentas aos problemas e, em consonância com o respetivo Comando, tentem conseguir servir melhor a população. Referiu que o concelho de Tomar tem uma média de trinta urgências diárias e existem cerca de três ambulâncias disponíveis para fazer emergência, sendo que uma faz serviços de longo curso (consultas para hospitais centrais) todos os dias ficando somente duas para emergência; derivado aos serviços de emergência com número de CODU diários deviam existir no mínimo três ambulâncias de socorro. Perguntou porque é que não havendo ambulâncias suficientes para o socorro sai uma para serviços de longo curso - a situação deixa-os preocupados -, se é mais importante o montante do serviço para o Município ou o socorro à população. Referiu que a ambulância do INEM é um veículo com cerca de oito anos, com mais de trezentos mil quilómetros, e que, segundo as normas do INEM deveria ser substituída de cinco em cinco anos, pelo que poderá também aqui estar a ser cometida uma irregularidade. Disse que a referida viatura foi ao INEM para uma reparação geral e, depois desta concluída, já voltou às oficinas do INEM cerca de três vezes, que as corporações vizinhas fazem cerca de um terço das ocorrências diárias que há em Tomar e recebem viaturas novas, desde dois mil e cinco, e Tomar continua a ter uma viatura que trabalha um dia e está uma



semana na oficina. Defendeu que é necessário que a Sra. Presidente, ou o Executivo, pressione o INEM para que venha uma viatura nova para Tomar. Tendo ouvido as declarações do Vereador Hugo Cristóvão, quase uma poesia, disse que não quer responder diretamente a uma resposta que foi uma não resposta, não foi nada. Disse que era o que mais faltava não poder ter a sua opinião e exprimi-la nos jornais, não poder dizer o que pensa - se estiver enganado até agradece que o corrijam porque ninguém sabe tudo e quer aprender, mas quando têm uma opinião devem exprimi-la. Disse que, depois de ouvir o que o Sr. Vereador considerou uma explicação, continua a dizer que Tomar tem ausência de projeto educativo porque continuou a ouvir nada, zero, da parte do Vereador, que se limitou a criticar o passado e o que fez para corrigir o que estava mal. Disse que, atualmente, compete ao Sr. Vereador fazer e, se faz, faz bem, deve fazer e corrigir as situações que estão mal, mas isso não significa um projeto educativo para Tomar. Disse ao Sr. Vereador, que diz que não aborda aqui estas questões, que devia estar mais atento - se está atento às notícias dos jornais, pelos vistos, o PSD vai ter que adotar esta estratégia para ter resposta, ir para os jornais com artigos de opinião, pelo menos - porque, em dois de fevereiro de dois mil e quinze, o PSD apresentou um requerimento onde colocou um conjunto de perguntas, às quais, até hoje, o Sr. Vereador não respondeu: - Está definida uma política educativa para o concelho de Tomar?; - Quais os princípios e valores pelos quais se rege a política educativa do município?; - Quais as prioridades da política educativa concelhia?; - Em que ponto está a revisão da Carta Educativa?; - Em que medida está a autarquia a trabalhar para resolver os problemas da rede escolar de Tomar?; - Há uns meses atrás muito se falou no Centro Escolar da Linhaceira, qual o ponto da situação? Quando terá lugar a sua construção? (esta resposta foi dada pela Sra. Presidente e não pelo Sr. Vereador responsável pelo pelouro); - O que está previsto fazer para atenuar os desequilíbrios da distribuição dos alunos pelas escolas da cidade de Tomar, tendo presente a necessária otimização dos equipamentos e recursos humanos e da oferta educativa e formativa existentes?, entre outras perguntas, às quais não respondeu, e, depois, a propósito de um artigo de opinião, parece muito ofendido por alguém manifestar opinião sobre uma política educativa que, repete, não existe. Disse que, tal como ele, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão é acusado que é muito novo, não sabe de educação, não tem experiência educativa, pouco deu aulas, e que sempre foi daqueles que disse o contrário, sempre defendeu que os jovens e as pessoas mais novas têm, às vezes, outro tipo de vontade, outro sangue na guelra, sempre o defendeu, mas é legítimo que, enquanto vereador do PSD, sem atacar diretamente o Sr. Vereador Hugo Cristóvão, ataque a ausência de política educativa. Disse que isso deve ser



65

visto como um alerta porque, em fevereiro, fizeram perguntas e o Sr. Vereador não respondeu, e, agora, ainda continuam a não saber qual é a política educativa. Disse que lhe dá os parabéns que tenha corrigido erros pontuais do passado, é a sua função, é pago para isso, está aqui para trabalhar, mal se não o fizesse, se chegasse ao seu gabinete, visse coisas mal feitas e não as corrigisse. Questionou, se isso é que é estratégia para a educação. Pediu ao Sr. Vereador que veja a crítica de uma forma construtiva e que, pelo menos, responda aos requerimentos que fizeram porque, se o tivesse feito, se calhar, escusava de estar tão ofendido com um artigo de opinião, que é legítimo alguém fazer, se calhar, evitava fazer perder tempo a ouvir uma declaração para concluírem que Tomar não tem política educativa.-

**A Sra. Presidente** esclareceu que, na última reunião, disse que faltava um coordenador da aplicação dos fitofarmacêuticos, o técnico responsável, que já realizou a formação mas aguarda a entrega do respetivo certificado, e que os nossos trabalhadores têm formação como aplicadores, com exceção de dois, que estão inscritos na segunda fase, e também já temos o necessário armazém específico para os produtos. No que se refere à questão do INEM, disse que há que separar a ambulância do INEM das ambulâncias do corpo de Bombeiros. Salientou que, sobre a viatura do INEM até iria mais longe porque, na penúltima vez que avariou, depois de reparada, no dia em que foi colocada nos Bombeiros para prestar serviço, coincidiu com o dia em que tinha que ir à inspeção, ou seja, o INEM colocou cá a ambulância sem a necessária inspeção. Referiu que já fizemos uma série de exposições, até porque não concordamos com a classificação do Município – os municípios e os corpos de bombeiros estão classificados em três níveis; Tomar está no nível dois, tem uma média de trinta ocorrências de INEM por dia e recebe cerca de dois mil e trezentos euros; o Município do Sardoal, por exemplo, recebe menos trezentos euros e tem uma média semanal de cinco ocorrências - e, atendendo ao número de emergências, queremos ter uma classificação superior, ao mesmo tempo que defendemos que, antes de colocar viaturas novas em todos os Corpos de Bombeiros, o INEM devia fazer a remodelação do parque existente. Disse que temos tentado marcar reunião, mas o Presidente do INEM tem estado suspenso, ignorando se retomou ou não as funções na passada semana, e fizemos chegar ao INEM, com dados objetivos da emergência, a nossa estranheza, por estarmos classificados como estamos e, sobretudo, pela situação das viaturas afetas ao Corpo de Bombeiros. Informou que as chamadas de CODU não dependem de nós e que todo o esforço que tem estado a ser feito para assegurar o transporte de pessoas que vão às consultas, fazer hemodiálise ou quimioterapia, não descarta a emergência, nem os veículos são os mesmos. Lembrou que já aqui abordou a questão do transporte de doentes para a



fisioterapia na Unidade Hospitalar de Tomar, pois, no Médio Tejo, não está a ser assegurado nos termos devidos. Deu conta que, agora, foi feito um investimento em novas ambulâncias, ficando o parque de ambulâncias para Tomar com boa resposta. Saliu que temos efetivamente de resolver a questão do INEM pois apesar de não ter havido nenhuma ocorrência em que o socorro não fosse prestado foi o INEM de outras corporações que veio socorrer a Tomar, o que obriga a que tenha que ser intensificado o esforço que tem sido feito junto da Direção do INEM. -----

**Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----**

**BALANCETE:** - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia doze de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, o qual acusa os seguintes saldos: dois milhões, vinte e nove mil duzentos e setenta e quatro euros e vinte seis cêntimos (2.029.274,26€) em Operações Orçamentais, e setenta e seis mil quinhentos e trinta e cinco euros e quarenta e sete cêntimos (76.535,47€) em Operações Não Orçamentais. -----

**PROPOSTAS: -----**

**PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE: -----**

**N.º 01 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO M.G. - MEMORIAL MENDES GODINHO-----**

Foi presente o texto do protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Tomar e a Associação M.G. – Memorial Mendes Godinho, tendo por objeto a regulação do interesse e colaboração mútua entre as partes, para tratamento da memória, do espólio, e seu alojamento, tal como a organização de iniciativas, no âmbito e em torno da valia económica e social do conjunto industrial, comercial e de serviços, fundado e dinamizado pelo cidadão Manuel Mendes Godinho, e tudo o mais que lhe esteja direta e indiretamente ligado e se represente na associação. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do referido protocolo, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**N.º 02 – NATUREZA PÚBLICA DA REUNIÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016-----**



Foi presente a seguinte proposta da Sra. Presidente: "Atendendo a que a próxima reunião pública do Executivo Municipal se realiza a 14 de março de 2016; -----

Atendendo à necessidade de deliberar sobre o Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado - suspensão parcial e medidas preventivas, decorrente do parecer que sobre o assunto foi prestado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, no seguimento da deliberação de 25 de maio de 2015; -----

Tendo em conta o disposto no n.º 2 do artigo 15.º do Regimento da Câmara Municipal de Tomar, proponho que a reunião de 29 de fevereiro assuma a natureza de reunião pública.". --

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do respetivo regimento. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO:** -----

**N.º 03 - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016 – nova fase de votação** -----

No seguimento da deliberação de 1 de fevereiro de 2016, foi presente a seguinte proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão: " Tendo em conta que foi anulada a fase de votação do OP 2016 e de acordo com as instruções presentes na deliberação de câmara de 01 de fevereiro de 2016 de "promover nova votação dos projetos validados, em período a determinar pelo Executivo Municipal, após definição de outro elemento identificador dos participantes para efeitos de validação dos votos", envio à reunião de câmara para decisão com a seguinte proposta de procedimento: -----

1- Revalidar os votos da votação presencial realizada nas juntas de freguesia (225 eleitores votantes) - Estes votos estão perfeitamente identificados e foram validados no momento por um elemento da equipa do OP; -----

2- Realizar nova votação presencial no Complexo Desportivo Municipal de Tomar durante o período de votação e no horário de funcionamento da instalação. Os cidadãos podem exercer o seu voto através de um boletim de voto onde terão que preencher os seus dados (obrigatórios: nº de BI ou CC, Data de nascimento constante no documento de identificação, contato telefónico e nº de eleitor; facultativo: e-mail). -----

- Estes dados servem para validação do votante, sendo que o número de eleitor poderá ser consultado no local. -----

3- Realizar nova votação online - Durante o período definido será disponibilizado no site do município um formulário onde os cidadãos poderão efetuar o seu registo no OP 2016. Neste



68

formulário terão que preencher obrigatoriamente os campos solicitados (nº de BI ou CC, Data de nascimento, e-mail e contato telefónico). -----

Posteriormente a equipa do OP validará este registo e enviará para cada cidadão um e-mail com as instruções para poder exercer o seu direito de voto no OP 2016. -----

Para além dos procedimentos, proponho que a nova votação ocorra durante 15 dias, iniciando-se assim que os serviços estejam preparados para o efeito, sendo essa data previamente divulgada. Relembro algumas regras essenciais previstas em regulamento: -----

No OP 2016 só poderão votar eleitores do concelho de Tomar (em que a equipa do OP consiga identificar através dos dados no site dos cadernos de recenseamento - <https://www.recenseamento.mai.gov.pt/>). -----

Os votos serão classificados da seguinte forma: -----

1 - Válido - O eleitor está devidamente identificado, é eleitor no concelho de Tomar e votou corretamente nos projetos. -----

2 - Inválido: voto em mais que um projeto da mesma freguesia. O eleitor está devidamente identificado, é eleitor no concelho de Tomar mas votou em mais que um projeto da mesma freguesia. -----

3 - Inválido: Votos Duplicados – O eleitor está devidamente identificado, é eleitor no concelho de Tomar mas votou mais do que uma vez. -----

4 - Não Válido: Eleitor não identificado – Não foi possível identificar se o cidadão era eleitor no concelho de Tomar; -----

5 - Não Válido: Eleitor fora do concelho – O cidadão foi identificado mas, não era eleitor no concelho de Tomar; -----

6 - Não válido: impossível esclarecer o voto - No caso das situações mencionadas no ponto 2 e 3 a equipa do OP contactará o cidadão afim de aferir definitivamente o seu voto. Caso não seja possível estabelecer contato o voto será considerado não válido: impossível esclarecer voto.".

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta nos seus precisos termos. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e a abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

**INFORMAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE:** -----



**N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS NA SENHORA PRESIDENTE – despachos ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**-----

Foi presente, para conhecimento, o despacho da Sra. Presidente n.º 681/PR/2016, de 10 de fevereiro, gerado ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, objeto de delegação por deliberação de 22 de outubro de 2013, bem como o Relatório final elaborado pelo júri designado para o procedimento por concurso público n.º 32/2015 - Empreitada de Construção da nova Ponte do Carril sobre a ribeira da Lousã.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**GABINETE DE ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL:**-----

**N.º 05 – MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – alteração ao horário de abertura**-----

Por proposta do Sr. Vereador Bruno Graça, foi presente a informação n.º 50/2016 do Gabinete de Economia Local Sustentável, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a alteração do horário de abertura ao público do Mercado Municipal de Tomar, a título experimental, com início a 1 de março de 2016, a qual foi precedida de auscultação aos agentes económicos daquele espaço municipal, através de inquérito, e está de acordo com a vontade manifestada pela respetiva comissão de comerciantes.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a alteração do horário de abertura ao público do Mercado Municipal de Tomar, a título experimental, com início a 1 de março de 2016, nos termos do n.º 8 do artigo 7.º do respetivo regulamento de organização e funcionamento, conforme proposto: das 7h00 às 14h00 e das 17h00 às 20h00, de segunda-feira a sexta-feira; das 7h00 às 14h00, ao sábado; encerrado ao domingo.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 06 – MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – procedimento da arrematação em hasta pública da loja 15 (sementes) e das lojas 16 e 17 (mercearia)**-----

Por proposta da Sra. Presidente, foi presente a informação n.º 53/2016 do Gabinete de Economia Local Sustentável, submetendo ao Executivo Municipal a aprovação dos termos do procedimento para atribuição da loja 15 (sementes) e das lojas 16 e 17 (mercearia) do Mercado Municipal de Tomar, por hasta pública, e a designação do respetivo júri.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o procedimento da arrematação em hasta pública para as lojas supra identificada nos termos propostos, ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 8.º do regulamento de organização e



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

funcionamento do Mercado Municipal de Tomar, designando para o efeito o júri constituído por Natércia Luís (presidente), Sónia Antunes e Humberto Simões (vogais efetivos) e Carlos Maia Sousa e António Lopes Caetano (vogais suplentes). -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**N.º 07 – MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – taxas de ocupação** -----

No seguimento da informação n.º 51/2016 do Gabinete de Economia Local Sustentável, foi presente a seguinte proposta da Sra. Presidente: "Atendendo a que a transferência e instalação dos vendedores do Mercado Municipal de Tomar necessita de um espaço temporal que permita implementar os necessários ajustamentos; -----

Atendendo ainda que, este período deve ter em conta a necessidade de implementar medidas que permitam a captação de novos clientes, propõe-se que: -----

O pagamento das taxas pela ocupação dos referidos espaços tenha início no próximo dia 1 de Abril de 2016." -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta nos seus precisos termos. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e a abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto: "A atitude desta governação PS/CDU para com os comerciantes do mercado municipal tem sido de completo desprezo, menosprezo, desconsideração e autoritarismo. -----

Primeiro, houve uma promessa que o mercado reabriria ao Público no dia 25 de abril de 2014, quando estava ciente que tal não era possível, criando uma falsa expectativa como todos aqueles que vivem do mercado e usufruem do mercado. -----

Depois, logo após o incêndio da tenda, não se fez qualquer levantamento dos reais e objetivos prejuízos que cada um teve com esse mesmo incêndio, apesar da recomendação do PSD, que sugeriu que fosse atribuída uma compensação a cada um dos vendedores. -----

Mais tarde impediu que os mesmos pudessem abrir ao público na sexta-feira de 1 de Maio de 2015, apenas e só por questões ideológicas impostas pelo vereador comunista e aceites pelos eleitos do PS, o que causou mais prejuízo aos vendedores. -----

Finalmente, pelas várias delongas e atrasos na obra, e falsas expectativas que foram criadas nos comerciantes, chegando a senhora presidente a ter a ousadia de responder aos vereadores





do PSD que "O Mercado abre ao público quando as obras estiverem prontas" ou "As obras estarão prontas quando estiverem".-----

A falta de respeito, autoritarismo e prepotência que vem sendo imprimida no mercado não pode continuar.-----

A Câmara Municipal deveria isentar o pagamento de taxas, para compensação de todos os danos, pelo menos durante um ano.-----

Por isso optamos pela abstenção."-----

O Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques apresentou a seguinte declaração de voto: "A proposta apresentada é, no entender dos INDEPENDENTES por TOMAR, minimalista e não reflecte com objectividade o necessário período de transição para que este espaço retome a procura de outrora com as indispensáveis medidas de promoção que o Município, em colaboração com os comerciantes do Mercado, terá de levar a efeito.-----

O Mercado Municipal foi encerrado pela ASAE em 1 de Julho de 2010, o que provocou graves prejuízos a quem exercia aí a sua actividade, não só pela perda imediata das mercadorias, bem como pelo não exercício da sua actividade até à abertura da "tenda" cinco meses depois (em 11.11.2010).-----

Tal facto, levou a que o executivo camarário de então, tivesse deliberado por unanimidade, na reunião de 30 de Janeiro de 2011: Que, tendo em conta os levantamentos aos danos sofridos por cada comerciante com o encerramento do Mercado, seja atribuída uma justa e adequada compensação de tais danos, o que até ao momento nunca aconteceu.-----

Para os INDEPENDENTES por TOMAR torna-se evidente a necessidade de um prazo mais alargado para que os Tomarenses, que com o encerramento do Mercado procuraram outros fornecedores, possam retomar o hábito de ir ao nosso Mercado Municipal efectuar as suas compras.-----

Os INDEPENDENTES por TOMAR sublinham que as deliberações devem ser cumpridas e, neste caso, além do ser de inteira justiça analisar o levantamento dos prejuízos efectuado na altura, também é justo compensar todos os comerciantes que, por força do encerramento do Mercado, viram a sua actividade diminuída ou, sem futuro, e tiveram de encerrar.-----

Os INDEPENDENTES por TOMAR entendem que o período de transição deveria ser superior ao proposto e nunca inferior a 6 meses, tendo em conta uma necessária aproximação entre comerciantes e tomarenses, que permita a transformação do Mercado num espaço em que a actividade económica cresça e o desenvolvimento económico de que necessitamos "como de pão para a boca" venha a ser uma realidade.-----



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

Face ao exposto, e porque os INDEPENDENTES por TOMAR não concordam com o prazo de transição (com isenção de taxas) proposto apenas até 1 de Abril, ABSTÊM-SE.”. -----

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:**-----

**N.º 08 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO COBERTOS DO MUNICÍPIO DE TOMAR (2014/2015) – Liberação de caução**-----

Foi presente a informação n.º 799/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a liberação integral da garantia bancária n.º 962300488013699, prestada pela empresa Strong – Segurança, SA, no âmbito do contrato de aquisição de serviços de segurança para os parques de estacionamento cobertos (2014-2015), cujo término ocorreu a 1 de junho de 2015. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou mandar libertar a garantia bancária supra identificada, nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:**-----

**N.º 09 – REARBORIZAÇÃO DA AVENIDA ÂNGELA TAMAGNINI**-----

Foi presente, para conhecimento, a informação s/n.º da Divisão de Proteção Civil, submetendo ao Executivo Municipal a avaliação ao arvoredado que se encontra na Avenida Ângela Tamagnini, no troço entre as rotundas do Bonjardim e da Alameda um de Março, e a proposta de intervenção a realizar e respetivos custos. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:**-----

**N.º 10 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS – ANO LETIVO 2015/2016 – JARDINS DE INFÂNCIA (4.ª FASE) E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO (5.ª FASE)**-----

Foi presente a informação n.º 208/2016 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de 2 escalões A para subsídio de refeição a alunos carenciados do 1.º ciclo do ensino básico, bem como a atribuição de subsídios especiais a duas crianças provenientes de família carenciada, para atividades de animação e de apoio à família na educação pré-escolar, no ano letivo 2015/2016.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a atribuição dos apoios constantes na supra referida informação, que homologa. -----



Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:** -----

**N.º 11 – JOGOS DE TOMAR 2015/2016** -----

Foi presente o despacho da Sra. Presidente referente à informação n.º 34/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal, a cedência gratuita de espaços nas instalações desportivas municipais para realização de treinos, atividades e competições relacionadas com o projeto Jogos de Tomar ou com outros projetos desportivo de escola, com os fundamentos e limites apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Agrupamento de Escolas Templários, o Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria e a Escola Profissional de Tomar do pagamento devido pela utilização das instalações desportivas municipais para realização de treinos, atividades e competições relacionadas com o projeto Jogos de Tomar ou com outros projetos desportivo de escola, até ao montante de 900,00€, 600,00€ e 300,00€, respetivamente, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**EXPEDIENTE:** -----

**N.º 12 – FORNECIMENTO DE ÁGUA PELA EPAL E ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO -**

Foi presente, para conhecimento, a deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos SMAS, em reunião realizada a 25 de janeiro de 2016, sobre a água adquirida em dezembro de 2015, e apuramento do diferencial de consumo face aos contratos de fornecimento e concessão com a EPAL e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e quinze minutos, a Sra. Presidente, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.** -----

**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo. --**

\_\_\_\_\_  
*Avelina Maria Lopes Leal*  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_